



História cultural das línguas e comunidades europeias: uma reflexão de Peter Burke

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010. 230 p. ISBN 978-85-393-0031-0

Fernanda Maria Alves Lourenço

Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, 88040-900, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: feerfl@hotmail.com

Língua, cultura e sociedade formam um tripé que se relaciona e se funde entre si e está sempre em um processo dinâmico, visto que vem construindo sua história desde os primórdios até os dias de hoje, em diferentes partes do mundo. É nesse sentido que encontramos na obra do historiador inglês Peter Burke, intitulada *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, uma reflexão acerca da evolução histórica presente no relacionamento entre as formas de linguagens europeias e suas comunidades, bem como entre outras regiões onde esses idiomas eram falados. Para isso, Burke faz um recorte sincrônico que vai do fim do século XV ao fim do século XVII; desde a invenção da prensa tipográfica até a ascensão da consciência nacional e do planejamento linguístico.

Trata-se de uma reunião de ensaios do autor, distribuídos em seis capítulos que se conectam entre si, os quais são subdivididos em tópicos que contemplam o processo de ‘composição’ das línguas europeias - escrita e falada - e sua função cultural nos diferentes períodos e tipos de comunidades, levando a discussões ligadas ao preconceito, à política, à dominação e à subordinação, à ordem social, entre outros.

A obra é rica em detalhes e exemplos sobre o tema linguagem e sociedade e apresenta uma mistura de narração própria com citações de outros autores, mostrando as relações dos discursos destes com os fatos representados por Burke. Embora o texto seja objetivo, considero como uma falha singular do autor o fato dele não traduzir alguns (poucos) termos da língua alemã, francesa, italiana, dentre outras, o que pode acabar prejudicando a leitura daqueles que são leigos em tais línguas estrangeiras.

O autor inicia o livro com um prólogo demonstrativo, em que, não só estimula, mas também situa o leitor a respeito do tema central de

sua obra e do percurso e implicações para organizá-la em termos de periodização, evidências e explicações históricas. Com o objetivo de contar uma história cultural da língua, ele propõe o que chama de ‘ecologia da língua’, para que, além de contribuir, possa também encorajar o surgimento de mais investigações nesse campo que ainda tem muito a ser desvendado.

No primeiro capítulo, há uma apresentação acerca do que o autor chama de ‘descoberta da língua’, a qual foi motivada principalmente pela conscientização cada vez mais intensa das pessoas com relação às diversidades linguísticas refletidas pelos dialetos e pelos chamados socioletos, diferentes línguas pertencentes a grupos sociais específicos. Um motivo para esse interesse ter ganhado mais visibilidade a partir de 1500 na Europa foi, conforme Burke (2010, p. 42) relata, “[...] a crença de que as línguas revelavam a natureza dos que as falavam”.

Na sequência, o capítulo aponta para a relação que existia entre língua & religião e o papel do latim, considerada a língua dos religiosos, e entre língua & diferenças entre os sexos. Segundo Burke, a linguagem feminina era criticada pela maioria dos homens, e poucos teriam avaliado como positiva a influência feminina na construção da linguagem. Dentre esses poucos, há o caso do crítico Jean Chapelain (1883), para quem o sotaque feminino ajudou a refinar as línguas, em decorrência da sutileza de sua fala.

O segundo capítulo tem seu foco no latim, uma língua que, a partir do século IX, não tinha mais falantes nativos e que, por isso, estava em busca de uma comunidade. Os grupos que mais o utilizavam, além da Igreja Católica e da República das Letras, da qual faziam parte os acadêmicos eruditos de diferentes países que se correspondiam por meio do latim, eram os juristas, os oficiais, os diplomatas e os

viajantes, ou seja, o latim era a língua do Estado, da Igreja e da alta cultura, e saber falá-lo era sinônimo de *status*. Entretanto, a partir da metade do século XVII, o latim começou a perder sua representatividade e passou a ser considerado uma língua ‘morta’, em decorrência da adoção de um único vernáculo como língua internacional, o francês.

No terceiro capítulo é descrita a ascensão dos vernáculos, isto é, das consideradas línguas ‘vivas’. Para Burke (2010, p. 77), esse “[...]” foi um importante fenômeno para a criação de novas ‘comunidades de falas’ e, com o tempo, de novas lealdades transregionais ou suprarregionais”.

A língua francesa e a inglesa foram os casos de destaque de vitória sobre o latim no decorrer do Renascimento, versão de uma história chamada pelo autor de ‘história *whig* da língua’, ou em outras palavras, celebração do sucesso de ‘emancipação’.

Esse fenômeno desencadeou uma concorrência linguística, resultando nas ‘línguas mestres’ e nas ‘subordinadas’. É elucidado que muitos eram os acontecimentos que resultaram no contexto do domínio linguístico, e com isso houve a ascensão de algumas línguas, como o francês, e a queda de outras, como o galês.

Dentre os acontecimentos citados que tiveram influência na afirmação do novo cenário linguístico destacam-se: a questão da língua e da política; o fato da imposição dos idiomas dos conquistadores das terras localizadas na América, na África e na Ásia aos seus conquistados; a tentativa de inserir os vernáculos ao ensino/aprendizado; as línguas da religião, assim como as consequências resultantes das traduções produzidas.

Assim, em decorrência desse processo de expansão de diversos vernáculos, que trazia consigo a necessidade de facilitar o processo de comunicação entre as comunidades, e também o seu interesse em ganhar mais prestígio, passou-se a fazer necessária uma padronização, isto é, tornar os vernáculos mais uniformes, com regras a seguir e fixidez ao longo do tempo.

A ideia central do quarto capítulo se concentra nesse sentido, e por isso o historiador traz os principais fatos que influenciaram para que ocorresse tal padronização, que aconteceu de formas variadas, conforme as diferentes partes da Europa.

O surgimento de diversas gramáticas em diferentes línguas como uma maneira de propor regras foi um dos acontecimentos que influenciaram a padronização linguística. A recém-surgida imprensa e o processo de tradução da Bíblia foram outros elementos que tiveram papel significativo nesse processo de padronização. Ambas precisavam

vender textos idênticos para o maior número possível de leitores, e por isso tinham que os desenvolver a fim de que pudessem ser lidos e compreendidos em cada país.

A atenção à padronização, inicialmente, estava mais voltada à língua escrita e em codificar a ortografia e a pontuação; logo, várias reformas ortográficas foram apresentadas. Porém, cabe destacar que nem todas obtiveram sucesso. Considerou-se também a língua falada, com a preocupação voltada em específico para a pronúncia e o vocabulário.

Em alguns países houve a vitória de um dialeto no processo de padronização da língua, enquanto em outros houve a conquista de um *koine*, ou seja, a ‘língua da corte’, caracterizada por misturar, na sua formação, uma série de dialetos diferentes.

E é justamente sobre esse processo de mistura de variados dialetos que trata o próximo capítulo. A contribuição para tal acontecimento se deu através de uma crescente unificação da Europa e de sua ‘europeização’. Foi principalmente em decorrência da migração e do declínio gradual do latim, que se fez necessário estudar melhor os dialetos. Assim, nos primórdios do período moderno, houve uma intensificação das misturas linguísticas, as quais podiam ser percebidas de forma mais intensa nas zonas fronteiriças e nas grandes cidades políglotas.

A obra aponta para a Europa, onde a mistura não ocorreu somente entre as suas línguas, mas também houve exportações e importações linguísticas de outros continentes, como Ásia, África e América. Com esse processo ocorreu o surgimento do macarronismo, uma mistura lúdica dos vernáculos que consistia na elaboração de poemas, cartas e músicas, com fins cômicos feitas no âmbito literário, especialmente por dramaturgos. Contudo, ao longo dos tempos, começaram a surgir discussões a favor da pureza linguística, pois essa mistura linguística não era aprovada por todos na época, conforme é relatado no último capítulo.

O fato dos vernáculos estarem carregados de palavras estrangeiras fez com que os chamados puristas promovessem meios para tentar ‘limpar’ suas línguas. Sociedades, academias, dicionários foram desenvolvidos com esse ideal.

É apresentado, ainda, como os puristas de diferentes comunidades europeias se mostravam resistentes a novas influências estrangeiras e a seus vernáculos, tentando purificar estes através da substituição de termos que considerassem bárbaros, pois a maior parte dos novos termos era formada pela composição de palavras nativas. Embora existissem os puristas, por outro lado, se encontravam os antipuristas, os quais recriminavam

posturas daqueles que eram a favor da pureza, alegando em prol da liberdade linguística. Em suma, os estudiosos das línguas buscavam defender e preservar as suas, já que estas seriam um dos principais identificadores de uma comunidade.

Após a conclusão deste último capítulo, o autor expõe um epílogo, no qual relata uma interessante e breve análise de algumas comparações e contrastes que ocorreram entre as línguas europeias e suas comunidades antes e depois de 1789. Posterior a esse epílogo, é encontrado ainda um curioso apêndice com a indicação de setenta e uma línguas, inclusive dialetos, que existiam na Europa entre os anos de 1450 e 1789.

Dessa maneira, a meu ver, a leitura desta obra faz o leitor viajar pelo tempo e conhecer melhor e mais profundamente a história das línguas europeias, que é tão antiga quanto interessante e estimulante, passando do latim até chegar aos vernáculos. E, embora

sejam feitas poucas referências, há relatos chamando a atenção para o português, inclusive o do Brasil. Mais do que saber a língua é possível também, por meio do texto de Burke, conhecê-la em seus diferentes contextos sociais e culturais nos primórdios da Europa moderna.

Referência

BURKE, P. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.

Received on August 4, 2012.

Accepted on August 16, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.